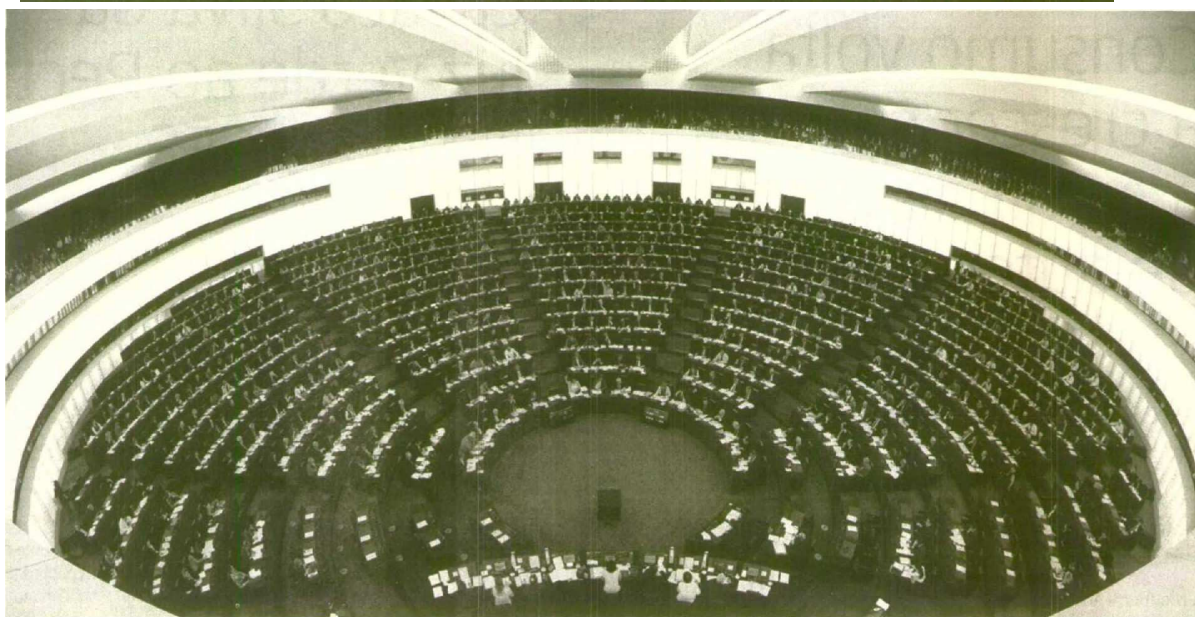




PARLAMENTO EUROPEU

Deputados querem conhecer verdadeiros donos das empresas



Vincent Kessler/Reuters

BRUNO SIMÕES, EM ESTRASBURGO*

O Parlamento Europeu aprovou terça-feira uma série de alterações à directiva sobre o branqueamento de capitais. Uma das principais mudanças tem que ver com a obrigatoriedade de cada Estado-membro criar um registo público com os dados de todas as empresas que existem no seu território, e dos respectivos beneficiários. Esses dados terão de ser fornecidos pelas empresas.

De acordo com a proposta, que ainda terá de ser negociada no Conselho de Ministros da UE, o registo "deve incluir as informações mínimas que permitam identificar a empresa e o seu beneficiário efectivo". Ou seja, "o nome, número, forma jurídica e estatuto da entidade, comprovativos da constituição, morada da sede", a "regulamentação das competências" e também a "lista de administradores", bem como "informações relativas aos accionistas/beneficiários efectivos".

A identificação dos beneficiários deve incluir "os nomes, datas de nascimento, nacionalidade ou jurisdição da constituição da sociedade, dados de con-

tacto, número de acções, categorias das acções", e a "natureza dos direitos de voto associados", e as "percentagens de participação ou controlo accionista".

Os "trusts" também estão abrangidos, tal como "fundações, sociedades gestoras de participações sociais", bem como "entidades com personalidade jurídica". As informações têm que ser relativas ao "momento da constituição" das empresas, ou quando existe qualquer alteração a nível de controlo.

O acesso a estas informações deve ser pago, sob a forma de taxa. "As informações devem ser disponibilizadas em linha ao público em geral num formato aberto e seguro, em conformidade com as normas de protecção de dados", lê-se na proposta.

Se a proposta for aprovada tal como está, cada Estado-membro tem depois de produzir legislação que respeite estas orientações.

A eurodeputada portuguesa, Ana Gomes, esteve envolvida na aprovação destas alterações e disse ser "muito importante" que se crie um registo público das empresas. "Em Portugal não há nenhum esquema de controlo eficaz", sublinhou.

O jornalista viajou a convite do Parlamento Europeu

Deputados europeus querem obrigar empresas a divulgar os seus beneficiários efectivos. Trusts também são abrangidos.